



JUSTIÇA FEDERAL

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

PROCESSO Nº 1000091-60.2019.4.01.3810
APELAÇÃO CÍVEL (198)
APELANTE: HAYLTON ARY NOVAES JUNIOR
APELADO: UNIÃO FEDERAL
RELATOR(A): JAMIL ROSA DE JESUS OLIVEIRA



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Gab. 03 - DESEMBARGADOR FEDERAL JAMIL ROSA DE JESUS OLIVEIRA

Processo Judicial Eletrônico

APELAÇÃO CÍVEL (198) n. 1000091-60.2019.4.01.3810

RELATÓRIO

Trata-se de apelação em mandado de segurança interposta pela parte impetrante em face de sentença que indeferiu a pretensão de recebimento de parcelas do seguro-desemprego, por ser presidente de uma associação civil, em que o estatuto não veda o pagamento de remuneração aos dirigentes, mas proíbe, somente, a distribuição de honorários, gratificações, dividendos e bonificações, parcelas que não se confundem com a remuneração mensal.

Em suas razões recursais, a apelante alega ser cabível conceder ao trabalhador que foi demitido sem justa causa o recebimento do benefício, mesmo quando há CNPJ registrado em seu nome, desde que não haja qualquer comprovação de recebimento de renda da sua parte.

Afirma ser presidente da Augusta e Respeitável Loja Simbólica Maçônica Atalaia Sul Mineira n. 360, associação civil sem fins lucrativos ou econômicos e, conforme estatuto da associação, seus dirigentes não recebem qualquer remuneração para realização do encargo.

Contrarrazões apresentadas pela União, pela manutenção da sentença.

Manifestação do Ministério Público.

É, em síntese, o relatório.

VOTO - VENCEDOR



PODER JUDICIÁRIO
Processo Judicial Eletrônico
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Gab. 03 - DESEMBARGADOR FEDERAL JAMIL ROSA DE JESUS OLIVEIRA

APELAÇÃO CÍVEL (198) n. 1000091-60.2019.4.01.3810

VOTO

Apelação que preenche os requisitos subjetivos e objetivos de admissibilidade.

Mérito

A percepção do seguro-desemprego

Nos termos do art. 3º da Lei n. 7.998/90, na redação original, terá direito à percepção do seguro-desemprego o trabalhador dispensado sem justa causa que comprove:

- I - ter recebido salários de pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, relativos a cada um dos 6 (seis) meses imediatamente anteriores à data da dispensa;*
- II - ter sido empregado de pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada ou ter exercido atividade legalmente reconhecida como autônoma, durante pelo menos 15 (quinze) meses nos últimos 24 (vinte e quatro) meses;*
- III - não estar em gozo de qualquer benefício previdenciário de prestação continuada, previsto no Regulamento dos Benefícios da Previdência Social,*

excetuado o auxílio-acidente e o auxílio suplementar previstos na Lei nº 6.367, de 19 de outubro de 1976, bem como o abono de permanência em serviço previsto na Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973;

IV - não estar em gozo do auxílio-desemprego; e

V - não possuir renda própria de qualquer natureza suficiente à sua manutenção e de sua família.

Com as alterações promovidas pela Medida Provisória n. 665 de 2014 e, depois, pela Lei n. 13.134, de 2015, o inciso II foi revogado, foi acrescentado o inciso VI e o inciso I passou a ter a seguinte redação:

I - ter recebido salários de pessoa jurídica ou de pessoa física a ela equiparada, relativos a:

a) pelo menos 12 (doze) meses nos últimos 18 (dezoito) meses imediatamente anteriores à data de dispensa, quando da primeira solicitação;

b) pelo menos 9 (nove) meses nos últimos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data de dispensa, quando da segunda solicitação; e

c) cada um dos 6 (seis) meses imediatamente anteriores à data de dispensa, quando das demais solicitações;

A Resolução Codefat nº 467/2005, do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, em seu art. 3º, inc. IV, que estabelece os procedimentos relativos à concessão do seguro-desemprego, dispõe que somente terá direito ao seguro-desemprego o trabalhador dispensado sem justa causa que comprove *não possuir renda própria de qualquer natureza suficiente à sua manutenção e de sua família.*

Por sua vez, as hipóteses de suspensão e cancelamento do benefício de seguro-desemprego encontravam-se elencadas nos arts. 7º e 8º da Lei n. 7.998/90, com a redação dada pela Lei nº 12.513/2011, *verbis*:

Art. 7º - O pagamento do benefício do seguro desemprego será suspenso nas seguintes situações:

I - admissão do trabalhador em novo emprego;

II - início de percepção de benefício de prestação continuada da Previdência Social, exceto o auxílio-acidente, o auxílio suplementar e abono de permanência em serviço;

III - início de percepção de auxílio-desemprego.

IV- recusa injustificada por parte do trabalhador desempregado em participar de ações de recolocação de emprego, conforme regulamentação do Codefat.

Art. 8º - O benefício do seguro desemprego será cancelado:

I - pela recusa, por parte do trabalhador desempregado de outro emprego condizente com sua qualificação registrada ou declarada e com sua remuneração anterior;

II - por comprovação de falsidade na prestação das informações necessárias à habilitação;

III - por comprovação de fraude visando à percepção indevida do benefício do seguro-desemprego; ou

IV - por morte do segurado.

§ 1º - Nos casos previstos nos incisos I a III deste artigo, será suspenso por um período de 2 (dois) anos, ressalvado o prazo de carência, o direito do trabalhador à percepção do seguro-desemprego, dobrando-se este período em caso de reincidência."

§ 2º - O benefício poderá ser cancelado na hipótese de o beneficiário deixar de cumprir a condicionalidade de que trata o § 1º do art. 3º desta Lei, na forma do regulamento.

Segurado com inscrição no cadastro de pessoa jurídica

Considerando que o objetivo do seguro-desemprego é prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa, não é razoável negar-lhe o benefício apenas por haver CNPJ registrado em seu nome, ainda que não haja comprovação de recebimento de renda da sua parte.

Com efeito, a mera condição de sócio de uma empresa não pode levar à conclusão da existência de renda própria do titular do benefício, sobretudo quando não existem indícios de que o trabalhador tenha, efetivamente, auferido renda da sociedade como administrador ou mesmo funcionário.

O que a lei estabelece como óbice ao recebimento do seguro-desemprego é a existência de renda própria por parte do trabalhador, não havendo previsão legal de que a simples inscrição de CNPJ em seu nome impeça-lhe de receber o benefício, situação que

também exigiria a comprovação de que receba renda em decorrência de sociedade da qual faça parte. Nesse sentido, cito precedente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. SEGURO-DESEMPREGO. PARCELAS. LIBERAÇÃO INDEVIDA. 1. O Programa de Seguro-Desemprego tem por finalidade prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa, inclusive a indireta, e ao trabalhador comprovadamente resgatado de regime de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo. 2. A mera manutenção do registro da empresa não está elencada nas hipóteses de cancelamento, suspensão ou não concessão do seguro-desemprego, aliás, sequer a hipótese de recolhimento de contribuição previdenciária como contribuinte individual encontra-se entre elas, de forma que não é possível inferir que o impetrante percebia renda própria suficiente a sua manutenção e de sua família a partir da existência de registro de empresas, na data do pedido de seguro desemprego. 3. Agravo de instrumento improvido. (TRF4, AG 5011155-04.2016.404.0000, TERCEIRA TURMA, Relator p/ Acórdão FERNANDO QUADROS DA SILVA, juntado aos autos em 04/05/2016)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGURO DESEMPREGO. SÓCIO DE EMPRESA. A mera condição de sócio de empresa não comprova a existência de fonte de renda própria suficiente à manutenção do trabalhador dispensado, não sendo justificativa, portanto, à negativa de concessão do seguro-desemprego requerido. Antecipação de tutela recursal deferida parcialmente para determinar que a autoridade impetrada analise novamente o requerimento de seguro-desemprego, desconsiderando a condição de sócio de empresa do impetrante. (TRF4, AG 5004241-21.2016.404.0000, QUARTA TURMA, Relator p/ Acórdão CANDIDO ALFREDO SILVA LEAL JUNIOR, juntado aos autos em 18/04/2016)

Particularidades do caso

Na hipótese dos autos, o cancelamento do seguro-desemprego se deu em virtude de constar junto à Receita Federal um cadastro de pessoa jurídica registrado em nome do segurado, ora impetrante e, por conseguinte, considerou que o mesmo possuía renda própria suficiente à sua manutenção.

Contudo, consoante comprovou a parte impetrante pelos documentos juntados aos autos, não auferiu renda da empresa de cujo quadro societário faz parte, uma vez que trata-se de associação civil

sem fins lucrativos, que faz presumir a ausência de renda própria capaz de obstar o recebimento do seguro-desemprego n. 7754982074, requerido em 07/2018.

O impetrante juntou aos autos a RAIS, a ECF e DCTF que dão conta de que não houve aplicação de recursos da associação com salários, gratificações ou encargos sociais, apontando valores zerados no ano de 2018.

Nestes termos, inexistindo nos autos qualquer documento ou prova de que a parte impetrante auferiu renda, situação que caracterizaria fato impeditivo à concessão do seguro-desemprego, tem esta direito à percepção do benefício.

Sobre o tema, colaciono ainda a seguinte jurisprudência:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. SEGURO DESEMPREGO. PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA EM EMPRESA INATIVA. AUSÊNCIA DE RENDA. POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO.

A mera manutenção do registro de empresa, não justifica o indeferimento do pedido de benefício de seguro-desemprego, pois tal fato não faz presumir a percepção de renda própria suficiente à manutenção do trabalhador.

(REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL Nº 5007631-18.2016.4.04.7107/RS, RELATOR RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA, TRF/4ª Região, publicado em 25/01/2017)

Conclusão

Ante o exposto, **dou provimento** à apelação da parte impetrante, nos termos do presente voto.

É como voto.

DEMAIS VOTOS



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Gab. 03 - DESEMBARGADOR FEDERAL JAMIL ROSA DE JESUS OLIVEIRA
Processo Judicial Eletrônico

APELAÇÃO CÍVEL (198) n.1000091-60.2019.4.01.3810

APELANTE: HAYLTON ARY NOVAES JUNIOR

Advogados do(a) APELANTE: EULER MARCIO LELIS BARBOSA - MG119973-A, SILVIO MARQUES JUNIOR - MG113583-A

APELADO: UNIÃO FEDERAL

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. LIBERAÇÃO DO SEGURO-DESEMPREGO. TRABALHADOR COM CNPJ EM SEU NOME. ART. 3º, V, DA LEI Nº 7.998/90 E ART. 3º, IV, DA RESOLUÇÃO CODEFAT Nº 467/2005. INEXISTÊNCIA DE ÓBICE LEGAL. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE PERCEPÇÃO DE RENDA POR PARTE DO TRABALHADOR.

1. Nos termos da Lei n. 7.998/90, o seguro-desemprego tem por finalidade prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa, inclusive a indireta, e ao trabalhador comprovadamente resgatado de regime de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo e auxiliar os trabalhadores na busca ou preservação do emprego, promovendo, para tanto, ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional.

2. Tanto o art. 3º, V, da Lei nº 7.998/90, como o art. 3º, IV, da Resolução CODEFAT nº 467/2005, que estabelece os procedimentos relativos à concessão do seguro-desemprego, dispõem que terá direito à percepção do seguro-desemprego o trabalhador dispensado sem justa causa que comprove *não possuir renda própria de qualquer natureza suficiente à sua manutenção e de sua família*.

3. Considerando que o objetivo do seguro-desemprego é prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa, não é razoável negar-lhe o

benefício apenas por haver CNPJ registrado em seu nome, ainda que não haja comprovação de recebimento de renda da sua parte.

4. O que a lei estabelece como óbice ao recebimento do seguro-desemprego é a existência de renda própria por parte do trabalhador, não havendo previsão legal de que a simples inscrição de CNPJ em seu nome impeça-lhe de receber o benefício, situação que também exigiria a comprovação de que receba renda em decorrência de sociedade da qual faça parte.

5. No caso dos autos, a documentação juntada confirma que a empresa, da qual o impetrante foi sócio, é uma associação civil sem fins lucrativos. Por consequência, afasta-se a tese de que o impetrante, ao requerer o seguro-desemprego, em 2018, percebia renda própria suficiente para prover a sua subsistência, de forma a não precisar do referido auxílio.

6. Apelação do impetrante provida.

A C Ó R D ã O

Decide a Turma, à unanimidade, dar provimento à apelação.

1ª Turma do TRF da 1ª Região – 03/12/2019.

Desembargador Federal JAMIL ROSA DE JESUS OLIVEIRA

Relator

Assinado eletronicamente por: JAMIL ROSA DE JESUS OLIVEIRA

08/01/2020 15:44:56

<http://pje2g.trf1.jus.br:80/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 39045527



200108154456168000000

IMPRIMIR

GERAR PDF